

Valor Econômico, 05 de junho de 2021

Indústria discute com governo como enfrentar ameaça de racionamento

MME se reuniu com representantes da indústria para levar um diagnóstico da situação energética e ouvir sugestões

Por: Letícia Fucuchima e Gabriela Ruddy

Além dos esforços para garantir a oferta de energia elétrica em meio à crise hídrica, o governo começa a olhar para o lado da demanda. O Ministério de Minas e Energia (MME) quer ter em mãos, até 1º de julho, um plano estruturado que permita à indústria eletrointensiva remanejar seu consumo de energia para fora dos horários de pico.

A ideia do governo é ter mais munição para aliviar o sistema elétrico nas horas em que a demanda por energia alcança o pico, afastando o risco de o país enfrentar um problema de suprimento “na ponta”, que poderia levar a blecautes.

O MME se reuniu na sexta-feira (4) com representantes da indústria para levar um diagnóstico da situação energética do país e ouvir sugestões para lidar com a crise pelo lado do consumo. Segundo relatos de quem participou da reunião, ainda não há uma proposta fechada — o único consenso é que qualquer iniciativa voltada à indústria terá que ser voluntária, e não compulsória.

“O governo entende que o ideal é já ter uma solução bem delineada, não esperar chegar a uma situação indesejada para então tomar uma providência. Não seria para aplicação imediata, até porque não existe essa necessidade agora”, disse Mário Menel, presidente da Abiape, associação que reúne companhias eletrointensivas e que são autoprodutoras de energia, como CSN, Vale e Braskem.

O prazo para se chegar a uma solução é apertado, mas viável, avalia Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). A entidade já tem vários estudos sobre o tema. “Se for um sistema simplificado, é possível. Tem que

ser algo bem ágil, para começar, e eventualmente modernizar para o futuro.”

A dificuldade desse plano está em convencer a indústria a reprogramar parte de seu processo produtivo, estabelecendo condições simples e uma compensação financeira que seja atrativa. O país já fez uma experiência nesse sentido, que não foi muito bem sucedida.

No setor elétrico, o conceito de permitir que o próprio consumidor gerencie seu consumo, respondendo às condições da oferta de energia, é chamado de “resposta da demanda”. Esse “poder” concedido ao consumidor é visto como um recurso valioso mesmo em tempos tranquilos, já que pode trazer mais flexibilidade à operação do sistema elétrico e até reduzir custos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) chegou a testar mecanismos de resposta da demanda para indústrias, num projeto-piloto lançado em 2018 e voltado à região Nordeste. Funcionava da seguinte forma: a empresa faria ao Operador Nacional do Sistema (ONS) uma oferta de redução de consumo, com volume a ser reduzido, hora do dia e preço por megawatt-hora. O ONS avaliaria então as condições do sistema e, se a oferta fosse vantajosa, convocaria essa redução de consumo.

A iniciativa, porém, não decolou. A adesão foi baixa – apenas Braskem e Cimentos Apodi se habilitaram a participar, e as poucas ofertas de redução de consumo realizadas pelas empresas não foram efetivamente concretizadas.

Na visão das indústrias, o processo para participar do programa era muito burocrático. Outro entrave era a compensação financeira – os agentes receberiam através das liquidações do mercado de curto prazo de energia, que, por sua vez, estava travado por causa das liminares judiciais relacionadas ao risco hidrológico (GSF, no jargão do setor).

“Precisa mudar o operacional [do programa] para fazer algo mais simples, algo que a CCEE [Câmara de Comercialização de Energia Elétrica] controle, que o pagamento seja feito diretamente através da CCEE”, sugere Pedrosa.

O presidente da Abrace avalia que, se bem sucedida, a iniciativa de redução do consumo industrial traria grandes vantagens ao sistema elétrico. “O governo muitas vezes aciona uma termelétrica que vai custar até R\$

1.300/MWh porque o sistema vai precisar durante 1 hora, mas essa térmica não consegue entrar e sair em 1 hora, ela precisa de 4 horas. O custo disso é altíssimo. A indústria poderia resolver isso por valores menores.”

No setor, a sensação é de que existe uma predisposição dos agentes em buscar soluções para ajudar o país a atravessar esse momento e evitar que o setor elétrico seja um gargalo para a retomada econômica. “Temos uma recuperação internacional vigorosa, com alta dos preços de commodities, que coloca o Brasil em condições privilegiadas. Hoje temos câmbio desvalorizado e baixa taxa de juros. Não podemos ter solução nesse crescimento”, afirma o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, que também participou da reunião com o MME.

Entre especialistas do setor elétrico, a ideia de se criar um mecanismo de deslocamento da demanda para atenuar a escassez hídrica é considerada positiva. “Um programa de resposta da demanda a sinais de preços é super moderno e eficiente, é a opção de dar um sinal econômico para o consumidor deslocar seu consumo para as horas mais eficientes ou até mesmo para reduzir a demanda. Essa é uma prática comum em diversos países e, na minha opinião, deveria se tornar permanente no Brasil e não ser usada somente em situações de emergência”, afirma Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR.

Barroso lembra que, além dos consumidores industriais, os clientes comerciais também podem ter interesse em participar dos esforços, já que a redução de consumo de shoppings, farmácias e varejistas também tem impacto alto no sistema.

“O risco maior nessa crise hídrica é ter que ocorrer algum tipo de corte ou deslocamento de demanda de maneira compulsória, então essa iniciativa do ministério vai justamente evitar cortes obrigatórios”, diz o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro.

Essa proposta, no entanto, resolve apenas parte do problema, aponta Lavinia Hollanda, diretora executiva da Escopo Energia. “Mudar o consumo industrial de um período para outro suaviza a curva de carga ao longo do dia, mas não necessariamente diminui o nível, a quantidade de energia necessária é a mesma”. Em sua opinião, o governo deveria incentivar iniciativas de eficiência energética, como a substituição de

equipamentos antigos por outros mais eficientes, o que promoveria de fato uma redução do nível de consumo.

Fonte original:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/06/05/industria-discute-com-governo-como-enfrentar-ameaa-de-acionamento.ghtml>